

Uma porta aberta pelos EUA

A ofensiva desencadeada pelo ministro Mailson da Nóbrega, visando ao afastamento de um clima excessivamente pessimista no Brasil, vem logrando êxito não só no País como também no Exterior. Conseguiu mesmo obter o apoio, muito importante, do Banco Mundial (que sempre reflete a opinião do governo de Washington), respaldo ora discretamente oficializado pelo subsecretário do Tesouro norte-americano David Mulford, em sua visita a Brasília. Simultaneamente, após dias de silêncio quanto às conversações mantidas com o Fundo Monetário Internacional, a discricção foi cumprida, permitindo a verificação de que houve progressos no encaminhamento de um acordo provisório.

O subsecretário Mulford é conhecido por suas posições duras no que respeita ao Brasil: assim, a opinião do homem que inspirou o Plano Brady não pode ser menosprezada e deve ser interpretada em função desse rígido posicionamento. O ministro Mailson da Nóbrega sabia o que estava fazendo ao aproveitar a visita, a países vizinhos, do sr. David Mulford, para convidá-lo a fazer uma escala na Capital Federal. Paralelamente, a conselho do diretor para a América Latina do Banco Mundial, sr. Armeane Choski, o subsecretário norte-americano visitará Carajás — símbolo de nosso crescimento e, ao mesmo tempo, bom exemplo dos nossos processos de defesa da ecologia, tão injustamente criticados nos Estados Unidos.

Do ministro da Fazenda, o sr. Mulford ouviu franca exposição das dificuldades que um governo fraco, em fim de mandato, está encontrando para empreender o saneamento da sua economia. Todavia, pôde o ministro mostrar, paralelamente, frutuosos resultados dos esforços desenvolvidos para utilizar os escassos recursos disponíveis visando a afastar do País a hiperinflação, mediante controle do déficit público e adoção de uma política mo-

netária finalmente austera. No entanto, cumpria ademais ao ministro Mailson da Nóbrega alertar seriamente o subsecretário do Tesouro norte-americano para os entraves que poderão surgir à falta de um acordo provisório, mas rápido, com o FMI, para setembro, quando o Brasil terá de desembolsar 2,3 bilhões de dólares para honrar seus compromissos com os credores.

O clima político em favor de uma moratória dificilmente poderá ser modificado sem o estabelecimento de um acordo, sendo ao mesmo tempo aconselhável que o sucessor do presidente Sarney não venha a assumir o posto em meio a um confronto com a comunidade financeira internacional. Tudo indica que o sr. David Mulford entendeu a situação delicada que ora enfrentamos, podendo, simultaneamente, graças a contactos que manteve com industriais brasileiros, verificar que, embora às voltas com gravíssimos problemas econômicos, estamos ainda aptos a manter uma produção industrial crescente e a realizar investimentos.

Ao que se pôde observar, o subsecretário Mulford ficou bem impressionado com as informações recebidas, pelo que provavelmente se prontificará a apoiar o Brasil para que se chegue a um acordo com o FMI. Foi entretanto firme ao assinalar que a decretação unilateral de uma moratória provocaria efeitos muito negativos para o Brasil, afastando, certamente, qualquer possibilidade de um acordo, no quadro do Plano Brady, com a comunidade financeira internacional, acordo esse que — reconheceu — somente será possível após a posse do futuro governo. Paralelamente, admitiu que à falta de um acordo com o FMI poderia o Brasil atrasar o pagamento dos juros. Naturalmente, prefere a conclusão de um entendimento com o organismo, o qual, ainda que modesto (300 a 400 milhões de dólares em lugar dos 800 milhões previstos), permitiria a liberação dos 600 milhões dos bancos

comerciais e de cerca de 900 milhões por parte do Banco Mundial, que ofereceu ostensivo apoio ao nosso país na última semana.

O respaldo da administração de Washington seria decisivo, podendo até permitir a obtenção de um empréstimo-ponte de curto prazo, para complementação dos recursos que faltam ao Brasil para honrar seus compromissos sem necessitar reduzir suas reservas internacionais. Tal apoio ocorre num momento favorável. Com efeito, após longas conversações, o FMI está aceitando os dados brasileiros mostrando-se disposto a estudar, eventualmente, um acordo *stand by*, de curta duração, com metas a ser atingidas até o final de março de 1990, para liberar outras operações de grande interesse para o Brasil. Já tivemos oportunidade de encarecer a relevância do aval do organismo internacional e do recente engajamento do Banco Mundial em nosso favor. Não devemos, todavia, menosprezar as dificuldades que se opõem à rápida conclusão de um acordo que forçosamente deverá ser firmado antes da reunião anual do organismo internacional, marcada para 26 de setembro.

Cumpra ao governo brasileiro dar provas de que pretende respeitar os compromissos que assumiria com o FMI, mas incumbe igualmente ao Congresso ter suficiente sensibilidade para assumir atitudes que comprovem que está dando, pelo menos, um mínimo de cobertura aos esforços do Executivo tendentes à condução, sem traumas, da economia nacional até março de 1990. A aprovação das medidas recomendadas no quadro do Plano de Emergência é indispensável como indispensável será o afastamento das propostas relativas à decretação de uma moratória para a dívida externa. É certamente o que se impõe a todos os partidos, desde que pretendam chegar, sem convulsões, ao pleito de novembro.